



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001245-92.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Multas e demais Sanções**
 Requerente: **Paulo Lima da Silva e outro**
 Requerido: **Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c.c. pedido de antecipação dos efeitos da tutela proposta por **GABRIELA TORRES DA SILVA** e **PAULO LIMA DA SILVA** em face do **DEPARTAMENTO DE ESTRADA E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - DER**, objetivando a transferência da pontuação, objeto do AIT nº 1C162509-3, da primeira autora para o segundo autor.

Aduziu Gabriela que, em 18/10/2013, emprestou seu veículo ao pai, que cometeu a infração de trânsito descrita no artigo 218, I, do CTB, sendo que, embora o tenha indicado como autor da infração de trânsito, o DER não providenciou a transferência da pontuação para a CNH dele.

Pela decisão de fls. 24/26, foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela, determinando-se a transferência da pontuação referente ao Auto de Infração de Trânsito nº 1C162509-3 para a CNH do requerente Paulo Lima dos Santos.

Às fls. 34/37, informa a Diretora Técnica de Trânsito o cumprimento da decisão judicial, bem como que a infração de trânsito cometida é de natureza média, não impossibilitado a autora de obter a CNH definitiva, no termos do artigo 148, § 3º do Código de Trânsito Brasileiro.

O Departamento de Estrada e Rodagem do Estado de São Paulo ofereceu contestação (fls. 40/42), acompanhada de documentos (fls. 43/55), sustentando que a autora não cumpriu todas as determinações constantes da notificação recebida, pois deixou de encaminhar cópia do documento de identificação do proprietário do veículo, nos termos do artigo 4º, inciso VIII, da Resolução nº 404 de 12.06.2012.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra,

1001245-92.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão (artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil).

O pedido não merece acolhimento.

Colhe-se dos autos que a requerente Gabriela, proprietária do veículo descrito na inicial, foi autuada, em 18.10.2013, por infringir o artigo 218, inciso I, do Código de Trânsito Brasileiro¹. Ao receber a notificação, disse ter cumprindo todas as determinações nela contidas, tendo preenchido o formulário, indicando o real condutor e encaminhado ao requerido, dentro do prazo legal.

No entanto, o documento de fls. 52 comprova que ela agiu em desacordo com o disposto no artigo 4º, inciso VIII, da Resolução nº 404 de 12.06.2012, pois não encaminhou cópia reprográfica do documento de identificação do proprietário do veículo automotor.

Dessa forma, não estava o requerido obrigado a deferir o pedido dos autores, em vista da ausência da referida documentação. Pelo contrário, devia agir dentro dos ditames legais.

Neste contexto a Resolução 404/2012 do CONTRAN dispõe:

III - Da identificação do condutor infrator.

Art. 4º - Sendo a infração de responsabilidade do condutor, e este não for identificado no ato do cometimento da infração, a Notificação da Autuação deverá ser acompanhada do **Formulário de Identificação do Condutor Infrator**, que deverá conter, no mínimo:

VIII - instrução para que o Formulário de Identificação do Condutor Infrator seja acompanhado de cópia reprográfica legível do documento de habilitação do condutor infrator e do documento de identificação do proprietário do veículo ou seu representante legal, o qual, neste caso, deverá juntar documento que comprove a representação;

IX - esclarecimento de que a indicação do condutor infrator somente será acatada e produzirá efeitos legais se o formulário de identificação do condutor estiver corretamente preenchido, sem rasuras, com assinaturas originais do condutor e do proprietário do veículo e acompanhado de cópia reprográfica legível dos documentos relacionados no inciso anterior;

Assim, verifica-se que é necessário que a Notificação para

¹ Art. 218. Transitar em velocidade superior à máxima permitida para o local, medida por instrumento ou equipamento hábil, em rodovias, vias de trânsito rápido, vias arteriais e demais vias:

I - quando a velocidade for superior à máxima em até 20% (vinte por cento):

Infração - média



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

indicação de real infrator esteja corretamente preenchida, com assinaturas originais do condutor e do proprietário do veículo e, ainda, acompanhada de cópia legível do documento de habilitação do infrator e **do documento de identificação do proprietário do veículo ou seu representante legal.**

Destarte, não restou caracterizada nenhuma irregularidade na prática do ato administrativo, que seguiu o disposto no art. 257, §7º do CTB ² e no art. 4º da Resolução nº 404/2012 do CONTRAN, razão pela qual a improcedência do pedido é medida de rigor.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e **IMPROCEDENTE** a pretensão posta na inicial. Em consequência, revogo a antecipação da tutela jurisdicional concedida.

Porque sucumbiram, arcarão os autores com custas e despesas processuais, assim como honorários, fixados, por equidade, em R\$ 500,00 (quinhentos reais), levando-se em conta os parâmetros do artigo 20, § 4º, do CPC, suspensa a cobrança de tais verbas na forma do artigo 12 da Lei nº 1.060/50, por ser eles beneficiários da Assistência Judiciária Gratuita.

Oficie-se à Ciretran, dando ciência deste decisão.

P. R. I. C.

São Carlos, 16 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

² Art. 257. As penalidades serão impostas ao condutor, ao proprietário do veículo, ao embarcador e ao transportador, salvo os casos de descumprimento de obrigações e deveres impostos a pessoas físicas ou jurídicas expressamente mencionados neste Código.

(...)

§ 7º Não sendo imediata a identificação do infrator, o proprietário do veículo terá quinze dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o CONTRAN, ao fim do qual, não o fazendo, será considerado responsável pela infração.